

Lei nº 14.133/2021

NOVA LEI DE LICITAÇÕES

JULIANA DUARTE



OS REGIMES LICITATÓRIOS NO TEMPO

1993

Lei nº 8.666/1993

Estatuto Geral das Licitações e Contratos Administrativos

2002

Lei nº 10.520/2002

Lei do Pregão

2011

Lei nº 12.462/2011

Regime Diferenciado de Contratação

2021

Lei nº 14.133/2021

Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos

PRINCIPAIS INOVAÇÕES

MODALIDADES DE LICITAÇÃO

Houve exclusão de duas modalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e a criação do “Diálogo Competitivo” como nova modalidade de licitação.

DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

A Constituição Federal deixa claro que, conforme hipóteses especificadas na legislação, o procedimento prévio à celebração dos contratos nem sempre se dará por licitação. Tratam-se dos casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação.

PROCEDIMENTOS AUXILIARES

Os procedimentos auxiliares englobam uma série de mecanismos prévios à contratação, empregados com o propósito de instrumentalizar licitações futuras ou processos de contratação direta.

CRIAÇÃO DO PNCP

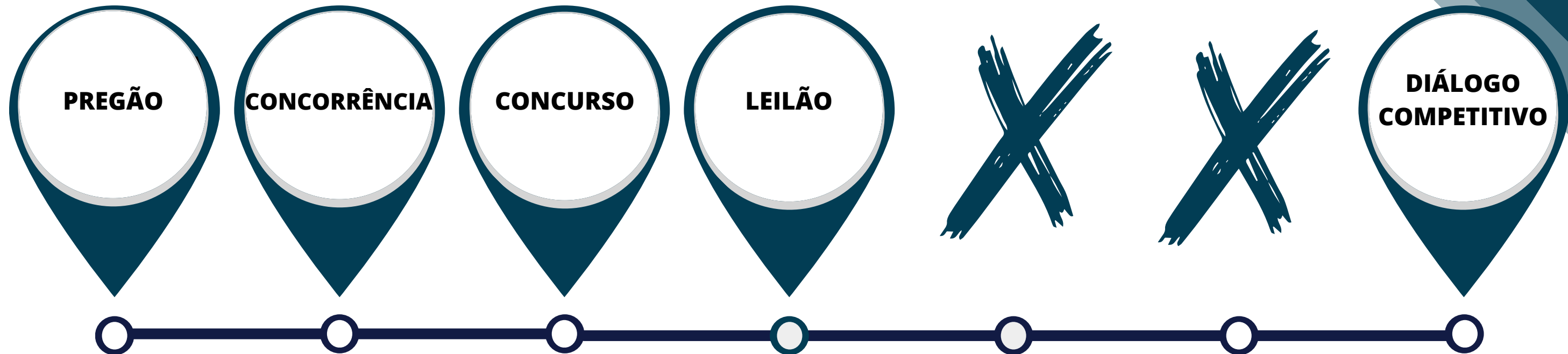
O Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos pela Lei nº 14.133/2021.

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

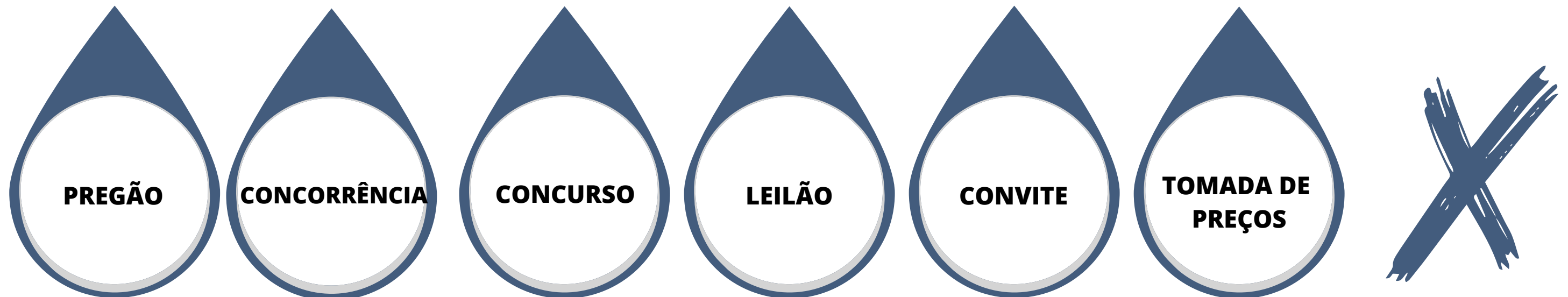
A introdução de contratos de até dez anos traz oportunidades e desafios para empresas e gestores públicos. A legislação busca mitigar riscos, exigindo licitações alinhadas a planejamentos estratégicos, revisões periódicas e adaptação dos contratos em respeito ao princípio constitucional da eficiência.

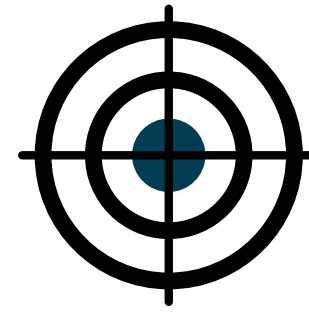
MODALIDADES (Comparativo)

LEI Nº 14.133/2021



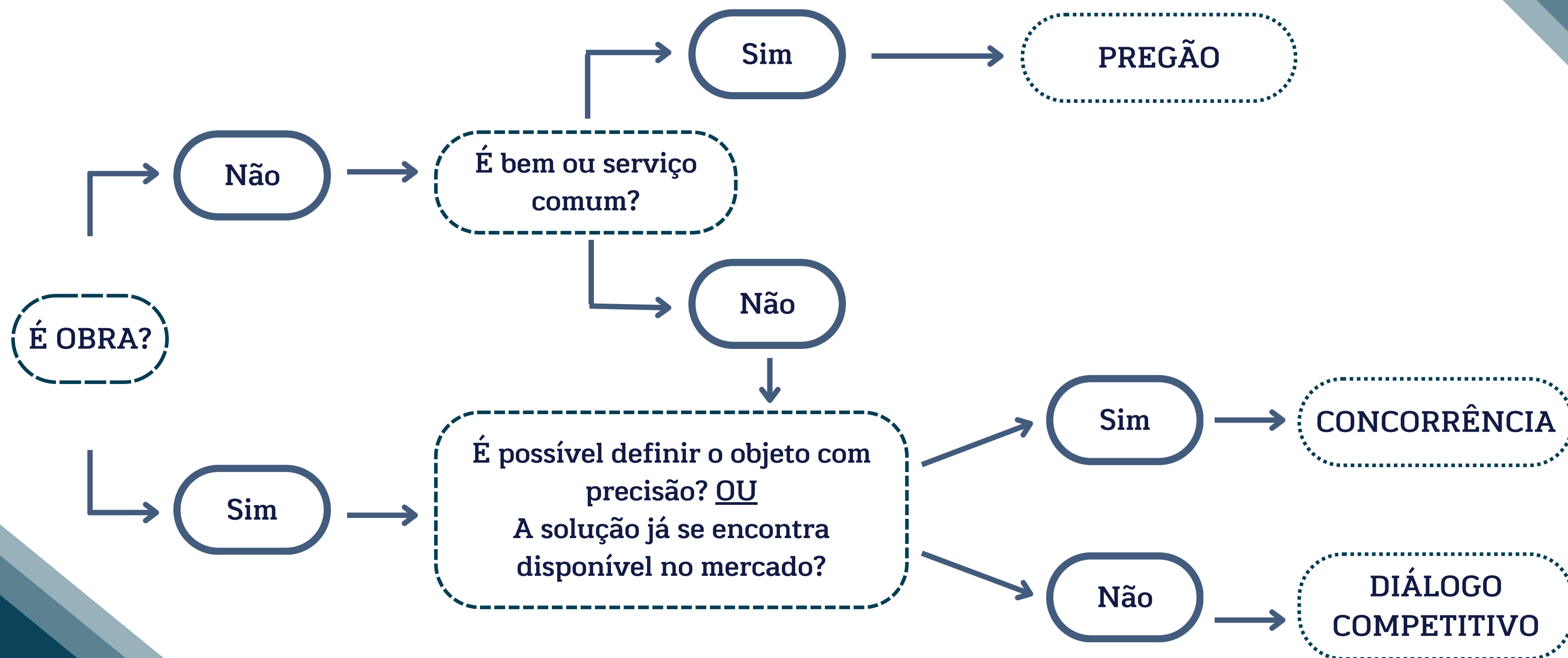
**LEIS Nº 8.666/1993 E
Nº 10.520/2002**





Nos termos da Nova Lei de Licitações, a modalidade da licitação será definida pela NATUREZA do objeto licitado.

Como identificar a modalidade adequada?



DESTAQUES!

PREGÃO ELETRÔNICO

Modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou de maior desconto.

DIÁLOGO COMPETITIVO

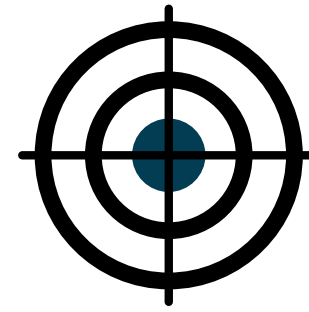
Contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento do diálogo.

FASES DA LICITAÇÃO

Na Nova Lei de Licitações há alteração da sequência das fases da licitação, acontecendo o julgamento antes da habilitação. O que era exceção passa a ser a regra.
A Lei atual incorpora o procedimento até então utilizado apenas no Pregão.

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Os “Tipos de Licitação” constantes da Lei 8.666/93 são apresentados na Nova Lei como critérios de julgamento. Na Lei 14.133/2021 há previsão expressa do critério de maior desconto e criação da melhor técnica ou conteúdo artístico, maior lance e maior retorno econômico.



A licitação em meio eletrônico constitui regra geral para todos os certames, sendo a adoção da forma presencial uma medida excepcional, que deve ser motivada.

Para garantir a transparência e publicidade do processo, as sessões presenciais devem ser registradas em ata e gravadas em áudio e vídeo.

DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

DISPENSA

- É possível a realização de licitação, mas a lei dispõe que o certame é desnecessário
- Rol taxativo

INEXIGIBILIDADE

- Impossibilidade de competição
- Rol exemplificativo



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

HIPÓTESES

- ✓ Fornecedor exclusivo
- ✓ Profissional do setor artístico
- ✓ Serviço Técnico especializado
- ✓ Objetos contratados por meio de credenciamento
- ✓ Aquisição ou locação de imóvel

DISPENSA DE LICITAÇÃO

HIPÓTESES

- ✓ Contratações em razão do valor
- ✓ Licitação deserta/fracassada ou preços incompatíveis
- ✓ Casos de emergência ou calamidade pública
- ✓ Contratação de associação de pessoas com deficiência
- ✓ Contratação de instituição de ensino, pesquisa (...)

ART. 75, I e II
Lei nº 14.133/2021

VALORES

- R\$100 mil - obras e serviços
- R\$50mil - outros serviços e compras

AFERIÇÃO

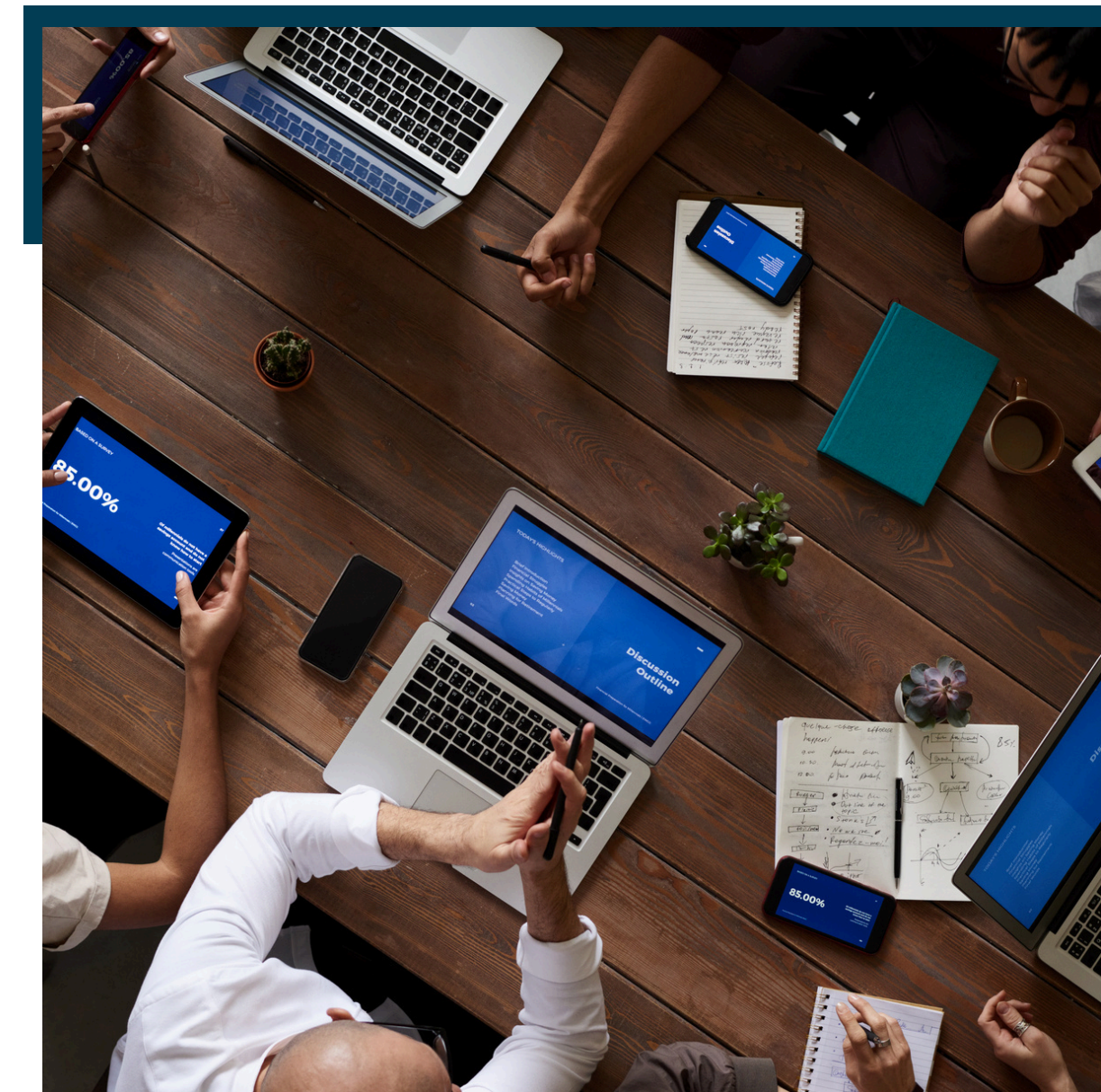
- Exercício financeiro
- Natureza do objeto

PROCEDIMENTO

- Divulgação Internet
- Mínimo de 3 dias úteis
- Cartão de Pagamento

PROCEDIMENTOS AUXILIARES

- ✓ **Credenciamento**: Processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.
- ✓ **Pré-qualificação**: Deve ser utilizada para selecionar: licitantes que reúnam condições de habilitação para participar de futura licitação ou de licitação vinculada a programas de obras ou de serviços objetivamente definidos; e bens que atendam às exigências técnicas ou de qualidade estabelecidas.
- ✓ **Procedimento de Manifestação de Interesse**: Pode ser utilizado quando a Administração necessitar de soluções inovadoras que contribuam com questões de relevância pública.
- ✓ **Sistema de Registro de Preços**: Pode ser utilizado, principalmente, quando a Administração não dispuser dos quantitativos exatos que serão contratados ou adquiridos ao longo da vigência do registro.
- ✓ **Registro Cadastral**: Nesse ponto, a NLL trouxe a obrigatoriedade do uso, pela administração pública, do sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para efeito de cadastro unificado de licitantes.



PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

A Nova Lei de Licitações trouxe uma mudança significativa com a criação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), visando centralizar a divulgação dos atos exigidos pela lei, promovendo transparência e eficiência na gestão pública.

O PNCP é obrigatório, gratuito e de acesso universal, reduzindo a burocracia ao fornecer dados padronizados sobre licitações e contratos públicos. Visa reduzir a burocracia e promover uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

A divulgação no PNCP é condição indispensável para a eficácia dos contratos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura: 20 dias úteis, no caso de licitação; 10 dias úteis, no caso de contratação direta.

Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, ou seja, até 31 de março de 2027, para a obrigatoriedade de publicação no PNCP. Entretanto, terão que publicar as informações que a Lei 14.133/2021 exige no diário oficial.

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

1

A Lei nº 14.133/2021, de forma inovadora, manteve a verticalidade decorrente da supremacia do interesse público sobre o privado, mas conferiu-lhe uma nova roupagem, reduzindo iniquidades que afetavam negativamente o negócio jurídico e aumentando a proteção econômico-financeira do contratado em face de imposições unilaterais.

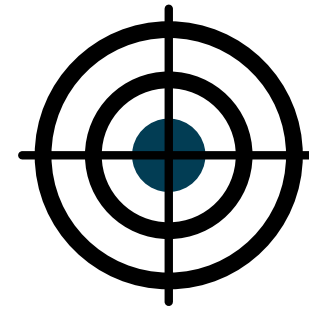
2

Estão fixadas regras distintas para as espécies contratuais. Para os contratos de escopo, a prorrogação automática da vigência, prioriza a entrega dos resultados em detrimento da preocupação com a extinção do ajuste pelo decurso do tempo.

3

Os contratos de serviços e fornecimento contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, até o prazo máximo de 10 anos. Tal vigência deverá estar prevista no edital e deverá haver comprovação de que condições e preços permanecem vantajosos.





Modelos de Licitações e Contratos - Portal de Compras do Governo Federal

<https://www.gov.br/compras/pt-br/nllc/modelos-de-licitacoes-e-contratos>

JULIANA DUARTE

CONSULTORIA JURÍDICA



jsduarte.adv@gmail.com



(31) 98454-7058